

A acumulação social da violência no Rio de Janeiro

Resenha (review) do livro *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, de Michel Misse

Paulo Roberto de Andrade Castro¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A tese de doutorado de Michel Misse, defendida em 1999 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), foi finalmente publicada em livro, em 2022, e constituiu uma rica e importante contribuição para as ciências sociais brasileiras. Intitulada *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, a tese foi avaliada por uma banca formada pelos professores Luiz Antônio Machado da Silva (orientador), Luiz Eduardo Soares, Sérgio Adorno, Roberto Kant de Lima e Edmundo Campos Coelho. Desde a defesa, circulou amplamente em formato digital, sendo amplamente reconhecida como um trabalho exemplar que há décadas inspira inúmeras pesquisas, dissertações e teses.

Misse é um dos mais importantes pesquisadores da área de crime e violência urbana no Brasil, por seu pioneirismo e pela relevância do conjunto de sua contribuição para essa temática e para a sociologia brasileira. Publicou, ainda nos anos 1970, obras inaugurais como *Delinquência juvenil na Guanabara: Uma introdução sociológica* (1973), em colaboração com colegas, e *Crime: O social pela culatra* (1979), com Dilson Motta.

A tese, que se transformou no livro *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, constituiu-se de início como um trabalho de um pesquisador maduro. Resultou de quase três décadas de estudo e pesquisas empíricas nesse campo temático que o autor segue desenvolvendo até hoje, elevando a compreensão do fenômeno do “crime” e da “segurança pública” ao apresentar e consolidar um corpo conceitual por meio de operadores analíticos cujo valor heurístico e interpretativo permanece atual, diria mesmo indispensável para os pesquisadores da área. Nesta resenha, procuramos reter alguns aspectos fundamentais da obra.

Misse define como objeto de sua pesquisa o que chamou de *acumulação social da violência* no Rio de Janeiro. Ele considera que a violência urbana é uma representação social, isto é, uma imagem compartilhada da ordem urbana, que orienta uma forte reação moral ao que é vivenciado como uma violação aos “signos de insegurança” e é representado como “perigo social”, ao que ameaça os valores da vida, a dignidade humana e o direito à propriedade¹.

Nessa perspectiva, *violência* é ao mesmo tempo um conceito e uma representação social de fenômenos altamente complexos, e o termo, por si só, é impreciso para as ciências sociais, para o esforço de compreensão dos fenômenos sociais, como alerta o autor no primeiro capítulo de seu livro. Trata-se de um conceito “amorfo”, disputado na vida social por diferentes agentes, sejam eles individuais ou institucionais. Sua compreensão, cuja definição e representação social preponderante têm efetividade prática nas relações sociais e nos modos de operar o poder na vida social, exigem que o pesquisador, intérprete da realidade social, se distancie do objeto, em vez de reiterar as abordagens dos diversos agentes sobre o conceito disputado. Com isso, o objeto construído pelo autor se desloca do conceito “amorfo” para as representações sociais. Estas podem ser encontradas em discursos jornalísticos, na literatura jurídica, em peças processuais e inquéritos policiais, na cultura das instituições jurídicas, nas subculturas criminais de agentes que sofrem a sujeição criminal e outras diversas fontes pesquisadas pelo autor.

Para cumprir o objetivo ao qual se propôs, Misse realizou levantamentos empíricos que abordam um amplo período histórico, da segunda metade do século XIX ao fim do século XX (1999). Sua tese foi um estudo sobre a “violência urbana” no Rio de Janeiro, suas origens, seu desenvolvimento e sua “acumulação” ao longo desse período. Nessa viagem, o autor nos apresenta os tipos sociais que se sucederam ao longo de tão longo período como os alvos principais, típicos, da incriminação e da sujeição criminal, processo social complexo que vai desde a acusação social até sua última etapa, a da sujeição criminal, consolidada pelas sentenças judiciais que confirmam a acusação social e a incriminação jurídica. Vemos, então, a sucessão dos tipos sociais que dão nome ao livro: *malandros*, *marginais* e *vagabundos*, todos alvos da mais forte reação moral e da sujeição criminal.

Antes de tratar desses conceitos fundamentais – acusação social, incriminação, sujeição criminal e seus tipos sociais – e do importante conceito de *mercadorias políticas*, convém ressaltar que o livro apresenta importantes inovações teóricas, todas elas lastreadas em vasta pesquisa empírica. Misse pesquisou as séries estatísticas policiais produzidas ao longo do período sobre mortes violentas, inquéritos policiais e o processamento judicial desses inquéritos. Além disso, realizou entrevistas com “traficantes” do varejo do tráfico, analisou trajetórias de vida, aplicou questionários para presidiários e aplicou outras variadas formas de investigação empírica, como a pesquisa de matérias jornalísticas.

Sobre a abrangência do material empírico levantado e o esquema conceitual elaborado, vale registrar que o autor também dialogou com a produção artística, literária, musical, cinematográfica e jornalística produzida ao longo de décadas sobre o tema da “violência urbana” e sobre seus

agentes individuais mais destacados, dotando a obra de ampla utilidade para se pensar o Brasil. O livro nos remete a diversos produtos culturais cuja análise interessa para a construção do objeto de pesquisa e a elaboração da estrutura conceitual interpretativa. Esse diálogo denota não apenas a erudição do autor, mas também a imaginação sociológica operada para a pesquisa desse tema tão complexo.

Por meio do estudo do “crime”, da “violência urbana”, dos mercados ilícitos, das instituições estatais envolvidas na “segurança pública”, das “subculturas criminais” e das “ordens legítimas” originadas em territórios disputados pelo “crime”, que tensionam a vida social e o poder público no Rio de Janeiro, o estudo ajuda a compreender a história desse estado de tanta importância para o país. Além de ser um centro econômico e cultural, o Rio de Janeiro foi capital por séculos, desde a colônia, passando pelo Império e pelas duas primeiras repúblicas, constituindo-se como uma caixa de ressonância cultural do Brasil. Como já disse o próprio autor, o Rio de Janeiro é “o espelho narcísico do Brasil”. Seu livro reitera a afirmação, feita ainda em 1979 em *Crime: O social pela culatra*, de que o estudo do “crime” é não apenas necessário, mas de grande importância, sendo terreno fértil para a compreensão abrangente da dinâmica social brasileira.

A pesquisa se orienta por e se desdobra a partir de um importante investimento teórico. Vai além do dualismo reducionista entre abordagens estruturais e interacionistas, conjugando-as de forma construtiva. É possível perceber aspectos do marxismo estrutural, da abordagem compreensiva weberiana e do interacionismo, bem como a importante influência de Foucault e Elias, fontes decisivas para a interpretação das dinâmicas de “normalização” e “desnormalizações” que se revelam na sociedade do Rio de Janeiro e se refletem nas representações sociais da “violência urbana”.

Assim, a nosso ver, o texto escrito em 1999 não rompe com a apropriação da teoria marxista presente na obra de 20 anos antes, *Crime: O social pela culatra* (1979), mas incorpora um vasto repertório conceitual para a consecução de uma “direção crítica” para a pesquisa da “violência urbana”. Além do manejo elegante e profundo da teoria social, a obra desenvolve interessante diálogo com a criminologia e a teoria sociológica sobre “crime” e com a sociologia urbana e da “violência urbana” no Rio de Janeiro, incluindo pesquisadores destacados como Alba Zaluar, Roberto Kant de Lima, Lícia do Prado Valadares, Edmundo Campos Coelho, entre outros.

No primeiro capítulo do livro, Misse estabelece as bases conceituais para a construção de sua pesquisa, fazendo uma distinção entre as representações jurídicas e as representações sociais sobre crime e criminalidade. A partir disso, apresenta os operadores analíticos e o esquema conceitual

proposto para a análise e compreensão do processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, analisa o que chama de “números-representações”, isto é, as estatísticas sobre violência urbana – principalmente as oficiais, mas não apenas –, e detecta as percepções sociais sobre o crescimento da violência, uma constante ao longo do largo período observado, mas que se acentua especialmente a partir de meados do século XX.

O terceiro capítulo é dedicado à análise dos dados oficiais sobre incriminação legal no Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XX. O objetivo é descrever como o processo de seleção social dos agentes típicos submetidos ao processo de criminalização-incriminação se reflete nas estatísticas. Para isso, Misse procedeu à análise de material jornalístico e à comparação de séries estatísticas produzidas pela polícia, por tribunais e pelo sistema penitenciário, buscando compreender o processo estatal de incriminação no Rio de Janeiro. Ao tratar, a partir de levantamento empírico, do processo de seleção social dos agentes típicos, que são o principal objeto de interesse no processo de criminalização-incriminação, o autor buscou entender como o “fantasma” da violência urbana se atualizou nesse período. Ao longo do livro, identifica três ciclos de acumulação social da violência; nesse terceiro capítulo, aborda os dois últimos.

O quarto capítulo trata da sujeição criminal, fundamentada, em última instância, nas representações sociais da violência urbana, na reação moral contra determinados tipos sociais compreendidos como ameaça à ordem social. As representações sociais que sustentam a sujeição criminal pressupõem que o agente que sofre a incriminação se encontra subjetivamente ligado à transgressão. Trata-se de um processo que opera uma seleção social de grupos e indivíduos e que é amplamente reproduzida no processo de incriminação. A representação sobre tipos sociais estereotipados percebe alguns indivíduos, em sua maioria oriundos de estratos sociais inferiorizados, como subjetivamente ligados à transgressão, aptos à reincidência no delito e, portanto, perigosos. O processo é tão imperativo que leva alguns indivíduos portadores de atributos sociais socialmente negativados a verem a si próprios como “bandidos”, internalizando a sujeição criminal.

Misse ressalta uma proposição principal a respeito da sujeição criminal. Ele identifica na apropriação privada dos meios de incriminação, que se materializa quando cidadãos praticam linchamento e outras formas de justicamento ou quando agentes do Estado (membros das instituições estatais de distribuição da justiça) fazem apropriação privada desses meios, um fator potencializador da violência. Aqui se destaca o papel exercido pela polícia, em especial. O autor exemplifica citando a disseminação da “polícia mineira”, dos esquadrões da morte, da extorsão do lenocínio, do varejo do tráfico e do jogo do bicho, que possibilitaram o surgimento de estruturas

de redes e subculturas que produzem vinculações entre duas ou mais gerações de bandidos e policiais. Esse processo, também acumulativo, da apropriação privada dos meios de incriminação se consolida e ganha grande dimensão quando agentes policiais passam a vender sistematicamente o que o autor chama de mercadorias políticas, como armas apreendidas ou contrabandeadas nos morros, proteção às áreas do varejo do tráfico e liberdade a presos.

No capítulo cinco, Misse analisa as “tradições do banditismo urbano carioca”, perscrutando o imaginário social do Rio e os tipos sociais representados nesse imaginário desde o período das maltas de capoeiras, grupos de capoeiristas que existiram ainda no século XIX e constituíram um dos fatores para a fixação do tipo social representativo do *malandro*, alvo da sujeição criminal entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

O autor apresenta em sequência a figura do *marginal*, que se consolida em fins dos anos 1950 e nas décadas de 1960 e 1970, comparecendo na representação social como o tipo social responsável pelo grande aumento da violência urbana. São assaltantes a mão armada, pistoleiros do jogo do bicho, assaltantes de banco, grupos de extermínio etc. Finalmente, o autor nos apresenta a figura do *vagabundo*, que se torna o principal alvo do processo de sujeição criminal a partir de meados dos anos 1980.

Nessa investigação do imaginário carioca a respeito do banditismo urbano, Misse mobiliza a literatura e as diversas formas de manifestação artística sobre o tema do banditismo, vasculhando a produção artística e cultural produzida no período analisado.

Nos capítulos seis e sete, são mobilizados todos os operadores analíticos esclarecidos ao longo do livro, assentados na vasta pesquisa empírica e no vasto investimento teórico, a fim de se compreender o último ciclo da acumulação social da violência no Rio de Janeiro, marcado pelo crescimento do varejo do tráfico de drogas e do domínio territorial em favelas. O crescimento do “movimento”, as redes de quadrilhas relativamente organizadas e articuladas entre si, que produzem códigos de conduta, reivindicam uma identidade própria e se espraiam pela cidade a partir dos anos 1980, é um processo que se consolida com o controle do Comando Vermelho (CV) entre 1984 e 1986. Misse interpreta esse fenômeno como parte de um quadro abrangente de crescimento dos mercados informais ilícitos, dos mercados de venda de bens roubados e contrabandeados e da crescente venda de mercadorias políticas por agentes estatais, especialmente policiais, da qual os mercados ilícitos dependem para a sua reprodução e funcionamento .

Malandros, marginais e vagabundos é, portanto, uma fonte riquíssima de conhecimento, inclusive ao compartilhar os percalços do pesquisador para resolver desafios metodológicos, como, por exemplo, a carência de uniformidade, a baixa qualidade e os intervalos na continuidade

das séries estatísticas produzidas por órgãos públicos da área de segurança pública. A imaginação sociológica do autor para contornar essas dificuldades, recorrendo a diferentes estratégias de pesquisa complementares, é uma verdadeira aula, especialmente para jovens pesquisadores, sobre as potencialidades da pesquisa empírica e as estratégias possíveis e pertinentes para a compreensão desse objeto tão complexo.

A complementaridade entre pesquisa empírica e abordagem teórica está amplamente demonstrada no livro. Sendo um trabalho de um especialista com larga experiência, a obra é de grande relevância no que diz respeito à metodologia de pesquisa. Demonstra também a riqueza de uma pesquisa que aborda os fenômenos sociais englobados no rótulo “crime” tanto em sua dimensão sincrônica quanto em sua historicidade. Trata-se de um dos livros mais importantes produzidos no Brasil sobre o tema, sendo sua leitura obrigatória para quem quiser se dedicar a essa área.

O estudo dos ciclos de acumulação da violência urbana no Rio de Janeiro permitiu também ao autor realizar uma proposta refinada de interpretação da condensação criminal entre pobreza e violência urbana:

A associação, aqui, entre pobreza urbana e crime não é causal simplesmente porque ela está constituída antes de qualquer causalidade, nas próprias relações sociais que definem as regras de experiência que demarcam os tipos de práticas criminais e de agentes criminais mais adequados a incorporarem a sujeição criminal (MISSE, 2022, pp. 399).

Creio que essa interpretação encontra-se amplamente demonstrada na obra, no estudo das dinâmicas de sujeição criminal e de suas diferentes etapas ao longo do período pesquisado. O leitor poderá verificar isso ao estudar o texto. Igualmente importante é o conceito de mercadoria política, bastante conhecido e que desde a defesa da tese vem tendo importante aceitação e sendo utilizado em diversas pesquisas.

A apropriação privada dos meios de justiça por agentes estatais, a venda de mercadorias políticas que possibilita a reprodução de mercados informais ilícitos, incluindo mercados informais de mercadorias ilícitas, como o varejo do tráfico de drogas e o jogo do bicho – onde, como sugere o autor, talvez tenha surgido esse mercado de mercadorias políticas, antes mesmo do tráfico de drogas –, constitui um fator de amplificação da “violência urbana” que obstaculiza a formação de uma cidadania mais plena e democrática em nosso país. Devemos ao autor essa imensa contribuição. Dada a complexidade dos operadores analíticos desenvolvidos por Michel Misse, sua plena compreensão exige a leitura do livro.

Notas

¹“Não se trata de demonstrar um ‘aumento da violência urbana’, mas de incluir a percepção social do que seja esse aumento numa temática sociológica de ‘acumulação social de padrões diferenciados de sociabilidade’. Para tanto, proponho distinguir as representações sociais das diferentes práticas acusadas de violentas, dos processos sociais através dos quais essas práticas se acumularam, reciclando também a acumulação dessas representações. Passo das representações às práticas e destas retorno às representações, visando a detectar os principais momentos desse processo social de acumulação de variados referentes de um signo de insegurança e ‘perigo social’ unificados no termo ‘violência urbana’. Embora esse termo seja recente e algumas vezes aplicado anacronicamente a épocas passadas, seu referente principal, que interliga práticas criminais, segurança pública e ‘perigo social’ é antigo e diversamente recorrente na ‘memória social’ da cidade” (MISSE, 2022, p.13).

Referências

- MISSE, Michel et al. **Delinquência juvenil na Guanabara**: Uma introdução sociológica. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça da Guanabara/Juizado de Menores da Guanabara, 1973.
- MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**: Um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 3.ed. (aumentada). Rio de Janeiro: Booklink, 2005[1979].
- MISSE, Michel; MOTTA, Dilson. **Crime**: O social pela culatra. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 183-204, 2016.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2022.

Paulo Roberto de Andrade (pauloandrastcastro@gmail.com) é pesquisador associado do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu) e pós-doutorando vinculando ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). É doutor pelo PPGSA-UFRJ, mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil) e graduado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil).

 <https://orcid.org/0009-0008-7846-2981>

Recebido em: 11/12/2024

Aprovado em: 18/12/2024

Editor responsável: Michel Misse